

INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis referente ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2013**

INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores
Instituto Criar de TV e Cinema
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Criar de TV e Cinema** (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Criar de TV e Cinema** em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações, resultados abrangentes, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Cofins a recuperar

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, o instituto mantém créditos de COFINS recolhidos a maior em períodos anteriores no montante de R\$86.914 (R\$86.914 em 2012), registrados no ativo não circulante, cuja realização esta vinculada ao pedido de ressarcimento mediante procedimentos administrativos pelos assessores jurídicos do Instituto, junto à Secretaria da Receita Federal.

São Paulo, 07 de abril de 2014.

INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2013	2012		Notas	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.165.433	6.944.996	Fornecedores	8	81.539	95.771
Contas a receber	5	296.627	-	Obrigações trabalhistas	9	192.517	178.245
Adiantamentos		18.416	18.552	Obrigações tributárias	-	26.279	16.071
Total do ativo circulante		6.480.476	6.963.548	Receitas a apropriar	12.b	175.000	525.000
Não circulante				Recursos de terceiros	13.b	1.137.540	1.306.745
Impostos a recuperar	6	86.914	86.914	Total do passivo circulante		1.612.875	2.121.832
Depósitos judiciais		-	41.820	Não circulante			
		86.914	128.734	Provisão para contingências	10	79.941	124.181
Imobilizado	7	304.337	412.747	Total do passivo não circulante		79.941	124.181
		304.337	412.747	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		391.251	541.481	Patrimônio social	11	5.178.911	5.259.016
		391.251	541.481			5.178.911	5.259.016
Total do ativo		6.871.727	7.505.029	Total do passivo e patrimônio líquido		6.871.727	7.505.029

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Com restrição			
Lei de Incentivo Fiscal - Rouanet		2.174.191	1.726.791
Fumcad		291.560	371.924
	13.a	2.465.751	2.098.715
Sem restrição			
Contribuições dos mantenedores e organizações madrinhas	12.a	2.041.201	2.388.959
Prestação de serviços (Sem gratuidade)		95.915	163.162
Rendimentos financeiros		372.649	356.094
		2.509.765	2.908.215
Receitas operacionais líquidas		4.975.516	5.006.930
Custos e despesas operacionais			
Com programa (atividades/projetos)			
Custos com projetos	14	(4.155.150)	(3.568.857)
Resultado bruto		820.366	1.438.073
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas Administrativas e gerais	15	(827.372)	(802.113)
Despesas tributárias	16	(26.784)	(53.054)
Depreciação e amortização	6	(110.827)	(124.618)
Despesas financeiras	17	(1.835)	(6.602)
Outras receitas e despesas operacionais		66.347	(92.553)
Total de receitas (despesas) operacionais		(900.471)	(1.078.940)
(Déficit) Superávit do exercício		(80.105)	359.133

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros resultados abrangentes		
(Déficit) Superávit do exercício	(80.105)	359.133
Total do resultado abrangente	<u>(80.105)</u>	<u>359.133</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit (Déficit) do exercício</u>	<u>Total patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.899.883	-	4.899.883
Superávit do exercício		359.133	
Transferência para patrimônio social	359.133	(359.133)	359.133
		-	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>5.259.016</u>		<u>5.259.016</u>
Superávit do exercício		(80.105)	(80.105)
Transferência para patrimônio social	(80.105)	80.105	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>5.178.911</u>	<u>-</u>	<u>5.178.911</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) Superávit do exercício	(80.105)	359.133
Ajustes para reconciliar o (déficit) superávit do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação	110.827	124.618
Provisão para perda de créditos de Cofins	-	99.514
Provisão para contingências	(44.240)	(40.525)
Aumento (redução) nos ativos:		
Contas a receber	(296.627)	-
Adiantamentos	136	29.800
Impostos a recuperar	-	11.251
Depósitos judiciais	41.820	18.870
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(14.232)	(36.956)
Obrigações fiscais	10.208	(334)
Obrigações trabalhistas	14.272	37.750
Receitas a apropriar	(350.000)	102.989
Recursos de terceiros	(169.205)	214.612
Caixa gerado das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(777.146)</u>	<u>920.722</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(2.417)	(64.561)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.417)</u>	<u>(64.561)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>(779.563)</u>	<u>856.161</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.944.996	6.088.835
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.165.433	6.944.996
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>(779.563)</u>	<u>856.161</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

O Instituto Criar de TV e Cinema, criado em maio de 2003, é uma associação civil de caráter filantrópico sem fins lucrativos, com o objetivo essencialmente de naturezas cultural e social, voltado ao ramo de produção televisiva e cinematográfica, direcionado, principalmente, mas não exclusivamente, à formação cultural de jovens oriundos de famílias de baixa renda. As atividades do Instituto serão dirigidas, direta e indiretamente, para a melhor adequação e integração desses jovens na Sociedade. Para tanto, o Instituto poderá promover e praticar todos os atos inerentes e conducentes a esses fins, bem como realizar qualquer atividade a eles relacionada, angariando e administrando seus fundos com o intuito de atingir seus objetivos.

O Instituto Criar de TV e Cinema é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), por despacho da Secretaria Nacional da Justiça datado de 08 de julho de 2003, de acordo com a Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999. A renovação da certidão é efetuada anualmente pelo órgão competente da União, mediante ato formal. O Instituto tem sua condição de OSCIP renovada por esse órgão até 30 de setembro de 2014, por ter atendido o que determina a legislação vigente.

1.1. Aprovação para conclusão das demonstrações contábeis

A aprovação para conclusão das demonstrações contábeis ocorreu em 07 de abril de 2014 pela Administração do Instituto.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Base para elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nos 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecido no balanço patrimonial.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a:

- Vida útil do ativo imobilizado;
- Avaliações de *impairment*;
- Provisões em geral.

Não houve mudanças significativas nas estimativas no período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

Gestão de capital

O Instituto busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, com base nas doações e contribuições recebidas, objetivando uma estrutura de capital que levem em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, prazos dos aportes e orçamento anual.

O Instituto acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo as obrigações de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

3. Bases de preparação das demonstrações contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto mantém os seguintes ativos financeiros não derivativos nas suas demonstrações contábeis: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação após o reconhecimento inicial são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalente de caixa abrangem saldos de caixas, conta corrente e aplicações financeiras. O Instituto mantém saldo de investimentos e aplicações financeiras nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem a rubrica de contas a receber.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto mantém os seguintes passivos financeiros não derivativos:

Fornecedores

Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e aplicações financeiras que podem ser resgatados a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, com e sem restrições de uso.

3.3. Contas a receber

São registradas e mantidas no balanço pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, diminuído da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

3.4. Demais ativos circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.5. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição dos bens. As depreciações dos bens do imobilizado são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens e depreciação de benfeitorias em bens de terceiros, cuja depreciação pode ser determinada de acordo com o prazo de locação do imóvel, conforme Nota Explicativa nº 6.

3.6. Demais passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

3.7. Apuração do superávit ou déficit

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

As receitas do Instituto são provenientes de contribuições, subvenções e doações, recebidas em caixa ou em ativos, de órgãos públicos federais e municipais, de parceiros mantenedores, organizações madrinhas e terceiros, desde que utilizado de acordo com a sua atividade-fim. As doações são registradas como receita somente quando aplicadas aos projetos. As receitas são com gratuidade e não sofrem nenhum tipo de tributação.

As receitas com prestação de serviços, sem gratuidade, referem-se principalmente as produções audiovisuais de cunho social e que são tributadas de acordo com a legislação tributária vigente.

A Entidade não recebeu qualquer tipo de trabalho voluntário relevante para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, a Entidade não registrou receitas que não estivessem dentro do seu objetivo social.

3.8. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- **Atividades operacionais:** referem-se às principais receitas da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- **Atividades de investimento:** referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- **Atividades de financiamento:** referem-se a atividades que resultam mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Com restrição		
Conta corrente bancária	59.816	1.304.489
Aplicações financeiras- Fundos de investimentos	1.077.724	24.184
Total do caixa e equivalente de caixa com restrição	<u>1.137.540</u>	<u>1.328.673</u>
Sem restrição		
Caixa	1.888	-
Conta corrente bancária	310	170
Aplicações financeiras- Fundos de investimentos	5.025.695	5.616.153
Total do caixa e equivalente de caixa sem restrição	<u>5.027.893</u>	<u>5.616.323</u>
	<u><u>6.165.433</u></u>	<u><u>6.944.996</u></u>

Os saldos de caixas e equivalentes de caixa são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras são realizadas junto a instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado, e as datas dos balanços estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de renda fixa e CDB.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	Nota	2013	2012
Entidades madrinhas	-	175.000	-
Projeto MINC	13	104.054	-
Outros valores a receber	-	17.573	-
		296.627	-

A análise de vencimentos destas contas a receber está apresentada a seguir:

	2013	2012
A vencer	296.627	-
Vencidos até 30 dias	-	-
Vencidos de 30 a 60 dias	-	-
Vencidos acima de 60 dias	-	-
	296.627	-

6. Impostos a recuperar

	2013	2012
Cofins a recuperar	92.981	99.514
Cofins recolhido a maior	84.635	84.635
Outros impostos a recuperar	2.279	2.279
(-) Provisão de Cofins a recuperar	(92.981)	(99.514)
	86.914	86.914

A rubrica “Impostos a recuperar” corresponde aos créditos básicos de COFINS contabilizados de acordo com a Lei nº 10.833, referentes a pagamentos sobre doações em períodos anteriores. De acordo com a posição dos assessores jurídicos, fundamentados no artigo 1º, § 3º, inciso I da Lei nº 10.833, não integram a base de cálculo as receitas das atividades próprias (artigo 14, inciso X, MP 2158-35, IN nº 247 e PN nº 05/92). O ressarcimento dos valores eventualmente pagos ou não creditados serão recuperados através de procedimentos administrativos pelos assessores jurídicos, junto à Secretaria da Receita Federal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o total de imobilizado, sem restrição, era composto da seguinte forma:

Descrição	Taxa anual de depreciação (%)	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	635.509	(413.710)	221.799	284.539
Equipamentos de informática	20	469.520	(411.854)	57.666	92.053
Móveis e utensílios	10	105.516	(81.002)	24.514	33.890
Software	20	155.082	(154.724)	358	2.077
Biblioteca	20	8.461	(8.461)	-	188
Outras imobilizações	-	1.295	(1.295)	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	25	1.762.736	(1.762.736)	-	-
Instalações	10	3.535	(3.535)	-	-
		3.141.654	(2.837.317)	304.337	412.747

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado, exclusivamente, nas operações relacionadas a ele.

A movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013 está representada a seguir:

	Saldo em	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo em
	2012				2013
Máquinas e equipamentos	284.539	-	-	(62.741)	221.798
Equipamentos de informática	92.053	1.492	-	(35.879)	57.666
Móveis e utensílios	33.890	925	-	(10.300)	24.515
Software	2.077	-	-	(1.719)	358
Biblioteca	188	-	-	(188)	-
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
	412.747	2.417	-	(110.827)	304.337

8. Fornecedores

A rubrica “Fornecedores” é composta por valores a pagar a diversos fornecedores de materiais e prestadores de serviços. Em 2013, o montante registrado é de R\$81.539 (R\$95.771 em 2012).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Obrigações trabalhistas

	2013	2012
Salários e ordenados	35.840	37.671
Provisão de férias	105.478	95.331
INSS a recolher	38.027	32.908
FGTS a recolher	11.607	10.964
Pis s/folha a recolher	1.565	1.371
	192.517	178.245

10. Provisão para contingencia

O Instituto é parte envolvida em processos fiscais e trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração do Instituto, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhista	-	-	79.941	89.123
Tributária	-	41.820	-	35.058
	-	41.820	79.941	124.181

A movimentação das provisões para contingências em 2013 é representada da seguinte forma:

	2012	Adições	Baixas	Pagamentos	2013
Trabalhista	89.123	-	(9.182)	-	79.941
Tributária	35.058	-	(35.058)	-	-
	124.181	-	(44.240)	-	79.941

COFINS sobre doações

No decorrer do exercício de 2009, os assessores jurídicos do Instituto atualizaram seu julgamento perante os processos que estão sob sua custódia. Diante disso, classificaram o processo da COFINS como probabilidade de perda remota; portanto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, os processos com essa classificação não possuem necessidade de provisão.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Houve consulta junto à Superintendência Regional da Receita Federal para que ela confirme o entendimento quanto ao seu direito à fruição de isenção da COFINS e ao pagamento da contribuição para PIS/PASEP à alíquota de 1% sobre a folha de salários, independentemente do cumprimento do disposto no artigo 55 da Lei nº 8.212/91. Em 30 de novembro de 2009, foi proferida decisão acolhendo o entendimento do Instituto quanto ao seu direito à fruição da isenção das contribuições à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento.

Contingências trabalhistas

O Instituto constituiu provisão para processo trabalhista no montante de R\$79.941 (R\$89.123 em 2012), no qual a assessoria jurídica da Administração julga ser provável a probabilidade de perda.

11. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela adoção inicial, por bens e valores que a ele venham a ser adicionados por meio de doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, ouvindo-se o Ministério Público nos casos de doações com encargos, subvenções que eventualmente lhe sejam destinadas pelo Poder Público, bens que a qualquer título que vier a adquirir, rendas originárias de seus bens e dos superávits (déficits) acumulados.

12. Receitas a apropriar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo anterior para aplicação no exercício	525.000	422.011
Recursos recebidos para aplicação em projetos	1.691.201	2.491.948
(-) valores aplicados em projetos	12.a (2.041.201)	(2.388.959)
Saldo para aplicação exercício seguinte	12.b <u>175.000</u>	<u>525.000</u>

O Instituto arrecadou um total de R\$1.691.201 em 2013 (R\$2.491.948 em 2012). As doações e patrocínios são provenientes de empresas privadas, fundações, governo, sócios titulares, campanhas e eventos destinados ao cumprimento do objeto social do Instituto. O montante reconhecido do resultado do exercício é de R\$2.041.201 (R\$2.388.959 em 2012). O restante, no montante R\$175.000, será aplicado em programas no exercício de 2014.

13. Projetos a executar - Lei Rouanet e Fumcad

Estão representadas por valores recebidos e utilizados a título de doações e patrocínios para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC, aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91 e pelo FUMCAD, conforme Lei nº 11.247/92.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades na rubrica “Lei de Incentivo Fiscal - Rouanet” e “Fumcad”, assim como os custos incorridos, pelo mesmo montante, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07.

A movimentação dos recursos pode ser assim demonstrada:

	Ref.	2013	2012
Saldos iniciais		1.306.745	1.092.133
Recebimento de recursos		2.152.079	2.298.185
Receitas financeiras líquida do projeto		40.413	15.142
		3.499.237	3.405.460
Gastos incorridos na execução dos projetos			
Núcleo Administrativo e Financeiro		(836.790)	(712.231)
Desenvolvimento		(220.899)	(188.017)
Comunicação		(83.057)	(70.694)
Ação Social		(51.021)	(43.426)
Inserção		(51.546)	(43.873)
Gerencia de Programas		(191.798)	(163.248)
Cultura e expressão		(162.684)	(138.468)
Formação		(705.103)	(600.146)
Video Criar		(162.853)	(138.612)
	13.a	(2.465.751)	(2.098.715)
Saldos em 31 de dezembro		1.033.486	1.306.745
Composição do saldo em 31 de dezembro			
Saldo e conta corrente do projeto		59.816	1.304.489
Saldo de aplicação financeira		1.077.724	24.184
Outros		-	(21.928)
	13.b	1.137.540	1.306.745
Contas a receber relacionadas ao projeto	5	104.054	-
		104.054	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos com projetos

		2013	2012
Núcleo Administrativo e Financeiro	-	(952.392)	(865.391)
Desenvolvimento e comunicação	-	(696.347)	(448.923)
Gerencia de programas	-	(651.883)	(678.123)
Programa de Formação	14.a	(1.111.155)	(947.878)
Núcleo de Cultura e Expressão	14.b	(381.250)	(185.029)
Programa Vídeo Criar	14.c	(206.015)	(299.962)
Programa de Inserção no Mundo do Trabalho	14.d	(103.642)	(91.611)
Núcleo de Ação Social	14.e	(52.466)	(51.940)
		<u>(4.155.150)</u>	<u>(3.568.857)</u>

14.a. Programa de Formação

Objetivo: promover a formação integral de 150 jovens por meio do desenvolvimento de competências da área produtiva do audiovisual e de competências cognitivas, pessoais e sociais.

Benefícios oferecidos

- 1.370 horas distribuídas em 11 oficinas técnicas (Animação, Áudio, Cabelo e Maquiagem, Câmera, Cenografia, Computação Gráfica, Edição, Figurino, Iluminação, Mídias Interativas e Produção);
- Cinco sócio-culturais (Comunicação, Criatividade e Desenvolvimento Pessoal, História e Linguagem do Audiovisual, Projeto e Ação Social e Trabalho e Projeto de Vida).

Resultado: formação de 150 jovens por ano, tanto em 2013 quanto em 2012.

14.b. Núcleo de Cultura e Expressão

Objetivos: possibilitar o acesso de jovens a diversas manifestações culturais e estimular a expressividade por meio do audiovisual.

Benefícios oferecidos:

- Saídas culturais;
- Biblioteca;
- Encontros culturais;
- Cine Criar;
- Incentivo à programação cultural;
- Usina Criar (projetos autorais).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado: 150 educados e 1.200 veteranos com oportunidades para ampliar seus repertórios culturais e para expressarem-se por meio do audiovisual.

14.c. Programa Vídeo Criar

Objetivo: ampliar as oportunidades de sensibilização e instrumentalização para o uso do audiovisual como ferramenta de expressão e transformação social.

Benefícios oferecidos

- Oficinas de sensibilização para o audiovisual;
- Encontros de formação de mediadores e formadores;
- Articulação do grupo de multiplicadores.

Resultados: aplicação da experiência em 22 escolas, formando 340 jovens em 2013 e 2012.

14.d. Programa de Inserção no Mundo do Trabalho

Objetivo: promover a inserção qualificada dos jovens no mundo do trabalho do audiovisual.

Benefícios oferecidos

- Orientação para o trabalho articulada com o programa de formação;
- Inserção no mundo do trabalho;
- Acompanhamento das experiências profissionais.

Resultado: cerca de 70% dos jovens inseridos no mercado de trabalho.

14.e. Núcleo de Ação Social

Objetivo: proporcionar aos jovens oportunidades de serem ativos em processos de transformação social, tendo como ferramenta o audiovisual.

Benefícios oferecidos

- Oficina de Projeto e Ação Social / Campanha Social;
- Prêmio Criando Asas;
- Ações com aliados sociais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado: 150 jovens ao ano capacitados para a promoção de ações sociais transformadoras.

15. Despesas administrativas e gerais

As despesas operacionais são gastos incorridos no exercício para manutenção dos núcleos operacionais do Instituto Criar, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas com Pessoal	(393.673)	(353.062)
Despesas com serviços de terceiros	(324.965)	(367.033)
Água, luz, gás e telefone	(39.057)	(34.765)
Aluguel e Condominio	(14.593)	(13.916)
Outras despesas	(55.084)	(33.337)
	<u>(827.372)</u>	<u>(802.113)</u>

16. Despesas tributárias

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
IRRF sobre aplicação financeira	(20.064)	(42.881)
Contribuição Sindical Patronal	(2.454)	(4.329)
Taxa de licença	(1.962)	(3.919)
IPTU	(1.762)	(1.680)
ISS	(221)	(245)
Outros tributos	(321)	-
	<u>(26.784)</u>	<u>(53.054)</u>

17. Despesas financeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas bancárias	(1.406)	(2.368)
Juros passivos, multas e encargos	(324)	(2.186)
Outras Despesas Financeiras	(105)	(2.048)
	<u>(1.835)</u>	<u>(6.602)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Cobertura de seguros

O Instituto mantém seguro para proteção de seu patrimônio que foi doado pelo Banco Itaú, o que foi efetuado de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordens legal, contratual e técnica. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores.

19. Benefício fiscal por entidade sem fins lucrativos

O Instituto é isento do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, cujos valores renunciados, no exercício de 2013 e 2012, caso a obrigação devida fosse, seriam:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda pessoa jurídica	-	53.870
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	32.322
	<u>-</u>	<u>86.192</u>

20. Eventos subsequentes

Renovação de certificado de OSCIP

O Instituto é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Seu certificado de OSCIP vencerá em 30 de Setembro de 2014.